



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 3027/2022, que “institui a Política Nacional de Qualidade do Ar”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

JUSTIFICAÇÃO

As disposições do projeto de lei 3027/22 impactam não somente o meio ambiente, mas também têm profundas implicações econômicas que merecem atenção detalhada, conforme elencadas abaixo:

1. **Incentivos Fiscais, Financeiros e Creditícios:** O projeto estabelece a concessão de incentivos para a prevenção e redução de emissões de poluentes atmosféricos, além do fomento à implementação de programas previstos no art. 15. A alocação de recursos públicos e o desenho de políticas fiscais e de crédito são cruciais para a execução eficaz dessas iniciativas. Portanto é de competência e essencial que a Comissão de Assuntos Econômicos - CAE - avalie esse impactos econômicos desses incentivos, garantindo sua eficiência, eficácia e alinhamento com as políticas econômicas nacionais.



2. **Impacto nas Indústrias e no Setor Produtivo:** O projeto prevê limites máximos de emissão e padrões de qualidade do ar que podem exigir ajustes significativos nas operações industriais e nos processos produtivos. Estas mudanças podem ter repercussões econômicas substanciais, incluindo custos de conformidade, investimentos em novas tecnologias e potenciais impactos na competitividade. A análise pela CAE ajudará a equilibrar as necessidades ambientais com as realidades econômicas das indústrias afetadas.
3. **Efeitos no Mercado Automotivo e de Transportes:** O projeto inclui disposições específicas relacionadas à poluição por veículos automotores, como o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - Proconve. As normas para veículos podem afetar diretamente o mercado automotivo, influenciando desde a demanda por veículos novos e tecnologias de emissão reduzida até a reciclagem e sucateamento de veículos antigos. Avaliar as implicações econômicas dessas mudanças, competência da CAE, é fundamental para assegurar uma transição justa e eficaz para padrões mais sustentáveis.
4. **Custo-Efetividade das Medidas Propostas:** Uma análise econômica detalhada das medidas propostas no PL é crucial para garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e que as intervenções escolhidas representem o melhor uso do dinheiro público em relação à melhoria da qualidade do ar. A CAE pode fornecer percepções e avaliações valiosas sobre a custo-efetividade dessas medidas.
5. **Impactos Macroeconômicos e na Saúde Pública:** A qualidade do ar tem implicações diretas na saúde pública, o que, por sua vez, afeta a economia como um todo, desde custos médicos



até produtividade dos trabalhadores. Uma avaliação econômica abrangente ajudará a entender o espectro total dos benefícios econômicos decorrentes da proposta, justificando assim a análise do projeto pela CAE.

Portanto, dadas as significativas implicações econômicas do PL nº 3027 de 2022, é justificável que a CAE também analise o projeto para garantir que os aspectos econômicos sejam adequadamente considerados e alinhados com os objetivos de desenvolvimento sustentável e crescimento econômico do país.

Sala das Sessões, 18 de março de 2024.

Senador Luis Carlos Heinze
(PP - RS)

